

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Filosofia, Sociologia e Política
Curso de Ciências Sociais



Trabalho de Conclusão de Curso

A Revolução na Revolução: Vozes da Terra

A construção do Feminismo Camponês e Popular e o protagonismo das mulheres
Sem Terra no Rio Grande do Sul.

Mabelly Vargas Pacífico

Pelotas, 2025

Mabelly Vargas Pacífico

A Revolução na Revolução: Vozes da Terra

A construção do Feminismo Camponês e Popular e o protagonismo das mulheres
Sem Terra no Rio Grande do Sul.

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Instituto de Filosofia,
Sociologia e Política da Universidade
Federal de Pelotas, como requisito
parcial à obtenção do título de Bacharel
em Ciências Sociais.

Orientador(a): Simone da Silva Ribeiro Gomes

Pelotas, 2025

Dedico esse trabalho a todas as mulheres que passaram pela minha vida e foram inspiração para este trabalho.

Agradecimentos

Este ciclo, que agora encontra seu ocaso, teve sua aurora em 2019. Iniciou-se com uma jovem que, nutrida pelo sonho, lançou-se à busca de um futuro que pudesse chamar de seu. Ao longo destes anos, vivi uma verdadeira alquimia: a fusão das experiências acadêmicas com as vivências pessoais, transformando a menina que chegou na mulher que hoje conclui esta jornada.

Ao meu tripé familiar, meu agradecimento maior. Sem vocês, nada disso seria matéria, apenas utopia. Vocês me transmitiram força e amor, transcendendo qualquer distância física.

Ao meu pai, agradeço por cada quilômetro percorrido na estrada. Seu suor e seus esforços foram o combustível para garantir a dignidade e a qualidade de vida para a minha jornada.

À minha mãe, o fio invisível que me sustenta. Agradeço pela força que emana de ti e me alcança onde quer que eu esteja, mantendo-me firme no propósito quando minhas próprias forças oscilam.

À minha irmã, minha flor e esperança renovada: deposito em ti o desejo de que meus passos sirvam para limpar o terreno onde tu caminharás. Que a minha conquista ajude a transformar a trilha do teu futuro.

À Thays, a primeira a cruzar meu caminho nesta odisseia universitária. Minha amiga-irmã, obrigada por estar ao meu lado em todas as fases, temperando a vida com seus comentários ácidos necessários e me ensinando que, para tudo, existe uma fofoca curativa.

À Liciê, que dividi comigo o teto e a alma. Tu se fez porto seguro, a mão que não solta a minha, seja na alegria ou na tristeza, nas crises de ansiedade ou nas crises de felicidade. Ao teu lado e da Sol, aprendi que a vida é bela na simplicidade do cotidiano.

À Sandi, espelho reflexivo. Obrigada pelas conversas que não apenas preencheram o tempo, mas construíram meu pensamento e ajudaram a curar nos momentos em que precisei.

Aos amigos que permanecem, resistindo à erosão do tempo e à distância das rotinas. Agradeço por serem presença constante mesmo nos intervalos de silêncio. O nosso convívio pode ter sido breve em horas, mas é vasto em significado; vocês são a prova de que o amor não se mede pelo tempo que se passa junto, mas pela marca que se deixa dentro.

Aos passageiros do tempo — pessoas que cruzaram minha vida de formas breves, boas ou ruins — minha gratidão. Cada um de vocês foi um mestre à sua maneira, contribuindo para a tessitura de quem me tornei e, conseqüentemente, para a escrita deste trabalho.

À minha Orientadora, Professora Simone, agradeço por não desistir de mim, mesmo diante das minhas tentativas falhas e dos tropeços do percurso (mesmo quando eu merecia a desistência). Você é a inspiração profissional que levarei como norte.

E, finalmente, agradeço ao Levante Popular da Juventude, ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e aos movimentos sociais do campo. Vocês me forjaram enquanto ser político, me deram consciência de classe e a mística da luta. Obrigada por me fazerem acreditar na construção de um projeto popular para o Brasil e por serem a base concreta que inspirou o tema destas páginas.

A todos, meu muito obrigada.

Maria, quando nada for possível de ser mudado e a pré-história nos parecer, enfim, triunfar.

Não se sinta como uma folha ao vento, ao contrário, lute, esbraveje, desvie, colete-se e lembre-se da opressão que não quer cessar. Mas, Maria, vá com as outras!

Entenda a história, olhe para trás, clame por rosa luxemburgo. Levante bandeiras vermelhas, deixe-as flamejar,defenda um projeto popular. Mas, Maria, vá com as outras!

Não se deixe sucumbir, subsumir, oprimir, troque o tanque da cozinha pelos tanques de guerra, transforme a vida, conjugue verbos no infinitivo: revolucionar, emancipar, comunar. Erga o arco da promessa de Louise Michel.Mas, por favor, Maria, vá com as outras!

Aprenda, conheça e não esqueça das mulheres que fizeram sua história de hoje, lembre-se de Frida Kahlo, Aurora Furtado, e Helenira Resende. Organize-se e milite em associações feministas e socialistas como Alexandra Kollontai, escreva como Clara Zetkin e se prepare para estar no olho do furacão. Mas, lembre-se, Maria, vá com as outras!

E quando for necessário pegar em armas não se furte de seus momentos de indecisão, dúvida, mas nunca de covardia, grite contra todas as formas de opressão e exploração, esteja nas primeiras fileiras da revolução, emancipe-se, autonomize-se, mas, com clamor, Maria, vá com as outras!

Mesmo quando a luta arrefecer e mulheres e homens sucumbirem saiba que a existência determina a consciência e que a voragem dos acontecimentos nos exigem respostas rápidas e coerentes. Mas, Maria, vá com as outras!

Abandone sua vida predicativa esse trabalho doméstico que oprime, estrangula, degrada e a reduz a apêndice dos homens.Construa um novo caminho e apesar das curvas e contratemplos, pinte novas quimeras reconheça seu papel nesta sociedade desigual, junte-se a classe trabalhadora e deixe-a perceber, que é em você e em todas nós, que se encontra a parte mais combativa e abnegada da luta pelo socialismo. Mas, Maria, não desacredite, vá com as outras! (Autor Desconhecido)

Resumo

Este trabalho analisa a construção e a materialização do Feminismo Camponês e Popular a partir das narrativas e práticas de lideranças femininas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Rio Grande do Sul. A pesquisa fundamenta-se na crítica ao feminismo hegemônico e liberal, buscando compreender como as mulheres do campo articulam, de forma indissociável, as lutas de gênero, classe, raça e pela defesa do território. Metodologicamente, adotou-se uma abordagem qualitativa com revisão bibliográfica e realização de entrevistas semiestruturadas, cujos dados foram examinados por meio da análise de conteúdo. Os resultados demonstram que o feminismo nestes movimentos não é uma importação teórica externa, mas uma *práxis* nascida da luta contra o agronegócio e o patriarcado. Identificaram-se a agroecologia e a soberania alimentar como ferramentas centrais de emancipação e ressignificação do trabalho reprodutivo. Além disso, a pesquisa revelou desafios internos, expressos na categoria êmica do “polismo”, que denuncia a persistência de práticas machistas e a divisão sexual do poder político e econômico internos à organização. Conclui-se que o Feminismo Camponês e Popular atua como uma “revolução na revolução”, reorientando o projeto de Reforma Agrária Popular para uma lógica de cuidado e de reprodução da vida.

Palavras-chave: Feminismo Camponês e Popular; MST; Luta de Classes; Agroecologia. Gênero.

Abstract

This work analyzes the construction and materialization of Peasant and Popular Feminism based on the narratives and practices of female leaders of the Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) in Rio Grande do Sul. The research is grounded in the critique of hegemonic and liberal feminism, seeking to understand how rural women articulate, in an inseparable manner, the struggles of gender, class, race, and territorial defense. Methodologically, a qualitative approach was adopted, comprising a bibliographic review and semi-structured interviews, the data of which were examined through Content Analysis. The results demonstrate that feminism in these movements is not an external theoretical import, but a praxis born from the struggle against agribusiness and patriarchy. Agroecology and food sovereignty were identified as central tools for emancipation and the resignification of reproductive labor. Furthermore, the research revealed internal challenges, expressed in the emic category of “polismo,” which denounces the persistence of chauvinist practices and the sexual division of political and economic power within the organization. It is concluded that Peasant and Popular Feminism acts as a “revolution within the revolution,” reorienting the project of Popular Agrarian Reform towards a logic of care and the reproduction of life.

Key-words: Peasant and Popular Feminism; MST; Class Struggle; Agroecology; Gender.

Lista de Abreviaturas e Siglas

CAPES—Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEBs—Comunidades Eclesiais de Base

CLOC—Coordenadora Latino-americana de Organizações do Campo

FCP—Feminismo Camponês e Popular

LGBT / LGBTQIA+—Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, Intersexos, Assexuais e outras identidades

LPJ—Levante Popular da Juventude

MMC—Movimento de Mulheres Camponesas

MST—Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

ONGs—Organizações Não Governamentais

PT—Partido dos Trabalhadores

SciELO—Scientific Electronic Library Online

Sumário

1 Introdução.....	7
1.1 Metodologia.....	8
2 As categorias de Feminismo e Popular: Um Diálogo Necessário.....	12
2.1 O Popular: Definições e Perspectivas.....	15
2.2 Feminismo e Popular: Conexões e Transformações.....	16
2.3 Feminismo popular: uma abordagem interseccional e camponesa.....	19
2.4 Estrutura e Princípios do Feminismo Popular.....	23
3 A Voz do Feminismo Popular no Campo e as Novas Configurações da Luta de Classes.....	27
3.1 Categoria I: A Conceituação do Feminismo Popular: Identidade de Classe, Raízes Territoriais e a Crítica ao Liberalismo.....	30
3.2 Categoria II: As Trincheiras Internas: Desafios, Poder e a Denúncia do “Polismo”.....	34
3.3 Categoria III: Para Além do Gênero: A Contribuição Estratégica das Mulheres às Lutas Amplas.....	36
3.4 Categoria IV: A Pedagogia da Auto-Organização: O Papel dos Espaços Específicos e da Mística.....	39
3.5 Categoria V: A Transversalidade da Pauta: Do Gênero à Estrutura e as Novas Fronteiras.....	41
4 Conclusão.....	44
Referências Bibliográficas.....	46

1 Introdução

O feminismo popular configura-se como uma perspectiva política que articula as lutas contra a desigualdade de gênero a outras opressões estruturais, como o racismo, o colonialismo e a exploração econômica. Trata-se de uma vertente feminista enraizada nas experiências de mulheres trabalhadoras, indígenas, negras, camponesas e periféricas — cujas demandas, historicamente, foram silenciadas ou negligenciadas pelos feminismos hegemônicos, produzidos, em grande parte, por mulheres brancas, urbanas e de classe média. Conforme argumentam Nunes e Veillette (2019), o feminismo institucionalizado tende a restringir-se à luta por direitos civis e políticos sob uma lógica liberal, desconsiderando as especificidades vividas por mulheres das classes populares e racializadas.

A crítica à centralidade eurocêntrica e urbana do pensamento feminista é reforçada por Calaça (2021, p. 31), ao apontar que “majoritariamente, os debates teóricos sobre feminismo partem de uma perspectiva das mulheres urbanas”, o que invisibiliza as lutas das mulheres do campo. Dessa forma, torna-se necessário desenvolver um olhar feminista que parta das bases populares — rurais e urbanas —, valorizando práticas cotidianas de resistência e organização coletiva.

A escolha do tema está diretamente relacionada à trajetória acadêmica e política da pesquisadora, marcada pela atuação em movimentos sociais como o Levante Popular da Juventude (LPJ) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) durante o curso de Ciências Sociais. A participação nesses espaços proporcionou uma vivência prática nas lutas por justiça social. Contudo, é no contexto agrário observado que a construção de um feminismo ancorado na realidade das mulheres trabalhadoras, camponesas e assentadas se revelou em suas características singulares.

Em organizações como o MST, o feminismo popular não se apresenta como mera formulação teórica, mas como *práxis* concreta e transformadora. Conforme apontam Santos e Zimmermann (2019), os movimentos de mulheres rurais no Brasil emergem da necessidade de uma organização que priorize suas demandas específicas e que valorize os saberes herdados e compartilhados coletivamente.

Embora o debate feminista esteja presente em diversos movimentos populares, verifica-se uma lacuna na produção acadêmica que se debruce de forma aprofundada sobre a especificidade do feminismo popular no contexto do MST e suas conexões com a teoria camponesa. Trabalhos anteriores abordam a formação política ou a questão de gênero de forma ampla, muitas vezes subordinando o feminismo à luta de classes clássica, sem aprofundamento sobre sua construção a partir da *práxis* das militantes rurais.

Diante desse cenário, esta pesquisa propõe-se a contribuir para o preenchimento dessa lacuna, analisando as contribuições de lideranças femininas no MST no Rio Grande do Sul, a partir de uma abordagem que valorize suas práticas, saberes e experiências organizativas na construção do Feminismo Camponês e Popular. Assim, busca-se fortalecer a compreensão de um feminismo enraizado nas realidades da luta pela terra, com potencial transformador e emancipatório.

1.1 Metodologia

Esta pesquisa possui um caráter qualitativo e fundamenta-se em dois métodos principais: a revisão bibliográfica e a realização de entrevistas semiestruturadas com lideranças femininas do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) no estado do Rio Grande do Sul.

A revisão bibliográfica foi realizada por meio das bases *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), *Google Scholar* e do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Utilizaram-se os descritores “feminismo popular”, “Rio Grande do Sul” e “Movimento dos Trabalhadores Sem Terra”. A busca inicial na base SciELO, com o termo “feminismo popular”, resultou em 18 artigos. Ao adicionar o recorte “Rio Grande do Sul”, nenhum resultado foi encontrado. Outras combinações como “feminismo camponês popular” geraram dois novos artigos, já contemplados nos resultados anteriores, evidenciando a escassez de estudos regionais sobre o tema.

Foram selecionados três artigos centrais, que de alguma forma abordam o tema, mesmo que seja secundariamente falado como os artigos: Maria Paulilo (s.d.), com o texto *O conceito de classe social no feminismo camponês e popular*; Santos

e Betto (s.d.), com *Movimentos sociais rurais e feminismos*; e Nunes e Veillette (2019), com *Mulheres de favelas e o (outro) feminismo popular*. No Google Scholar, a combinação dos termos iniciais gerou mais de 3.000 resultados, o que exigiu recortes por período (2020–2024) e por temática. Após análise das dez primeiras páginas (aproximadamente 150 resultados), foram selecionados doze textos que se alinham ao recorte da pesquisa.

Entre os textos selecionados, destacam-se seis dissertações e teses de pós-graduação, como: *O Feminismo Camponês Popular: Resistência e Revolução*, de Calaça; *Sem Mulher a Luta Vai Pela Metade*, de Santos; *Para Mudar a Sociedade do Jeito que a Gente Quer...*, de Frota; *A Luta do Oito de Março*, de Witcel; *Ressignificar para Reconhecer*, de Lazzaretti; *A Compreensão de Dirigentes do MST-CE*, de Oliveira.

Além dessas, foram utilizados sete artigos acadêmicos relevantes para o tema. A seleção buscou considerar abordagens empíricas e teóricas dos últimos dez anos, com atenção à interseccionalidade entre gênero, classe e raça. Os textos foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo, permitindo identificar categorias analíticas sobre o feminismo popular e suas expressões no MST e no Levante.

A escolha metodológica por entrevistas semiestruturadas e análise de conteúdo fundamenta-se em uma abordagem qualitativa e em uma perspectiva epistemológica feminista. Essa perspectiva compreende que o conhecimento é situado, relacional e historicamente marcado por relações de poder, sendo fundamental valorizar os saberes produzidos pelas mulheres em suas múltiplas experiências de opressão e resistência. Conforme argumenta Harding (1995), a ciência não é neutra, e a objetividade científica tradicional tende a excluir epistemologias que partem de sujeitos subalternizados. Silva (2016) reforça esse ponto ao afirmar que a pesquisa feminista deve estabelecer uma relação sujeito–sujeito entre pesquisadora e participantes, reconhecendo as entrevistadas como co-produtoras do conhecimento.

Desta maneira, foram realizadas cinco entrevistas com militantes femininas que atuam em posições organizativas nos dois movimentos, no Rio Grande do Sul.

As cinco entrevistadas desta pesquisa foram selecionadas a partir de um critério de intencionalidade e trajetória no movimento. A escolha justifica-se pela inserção da pesquisadora em espaços de construção coletiva, como as jornadas de luta do 8 de março, atos políticos e instâncias de formação, o que permitiu um contato prévio e uma relação de confiança. Além disso, as entrevistadas foram escolhidas por seu acúmulo histórico no MST, com atuações que perpassam espaços de coordenação, formação, acompanhamento político-pedagógico e participação política direta. Para preservar a identidade das militantes, optou-se pelo uso de nomes fictícios, que aparecerão ao longo do capítulo três.

As entrevistas foram conduzidas via *WhatsApp*, otimizando o tempo disponível para a coleta dos dados, e criar um ambiente mais informal e acessível, no qual as entrevistadas se sentissem mais confortáveis para contribuir. Para a transcrição das entrevistas utilizou-se o modelo de inteligência artificial *Gemini*, ferramenta do *Google*, como suporte em duas fases do tratamento dos dados: na transcrição integral das entrevistas e na realização de uma análise de conteúdo automatizada. Esta última etapa teve como objetivo identificar padrões, categorias emergentes e a frequência lexical nas falas das cinco participantes, orientando a análise subsequente. A escolha do formato semiestruturado permitiu flexibilidade e profundidade nas respostas, alinhando-se à perspectiva da epistemologia feminista, que valoriza a escuta como relação entre sujeitos (Silva, 2016).

A análise dos dados baseia-se na técnica de análise de conteúdo, conforme Bardin (2011), adaptada à abordagem crítica proposta por Franco (2018). Essa técnica permite identificar categorias, padrões discursivos e temas emergentes, considerando a interseccionalidade entre gênero, classe, raça e território como dimensões estruturantes da fala das entrevistadas. Nesse sentido, as contribuições de Akotirene (2019) e Lugones (2007) também são centrais para compreender como as opressões se inter-relacionam, influenciando as experiências e as estratégias de resistência das mulheres no interior dos movimentos sociais.

O uso combinado de entrevistas e grupos focais responde não apenas a uma escolha técnica, mas também a uma escolha política. Inspirada na tradição da pesquisa-ação crítica, especialmente em autores como Paulo Freire e Orlando Fals Borda (1986), essa abordagem visa romper com a separação entre pesquisadora e

campo, propondo uma construção conjunta de saberes com as militantes envolvidas. Desse modo, a escuta se torna parte de um processo reflexivo e transformador, alinhado à prática dos movimentos sociais.

A análise temática dos dados coletados por meio das entrevistas será triangulada com os resultados da revisão bibliográfica, permitindo identificar padrões, tensões e contribuições para a construção do feminismo popular no contexto do MST. O cruzamento entre teoria e prática possibilitará uma compreensão mais ampla da atuação das mulheres nesses movimentos, contribuindo para o aprofundamento do debate acadêmico sobre o feminismo popular no Brasil.

2 As categorias de Feminismo e Popular: Um Diálogo Necessário

Neste capítulo, discute-se o feminismo popular, uma vertente do feminismo que emerge da interseção entre as lutas feministas e as demandas das classes populares, articulando questões de gênero, classe, raça e território. Este, distanciou-se do feminismo hegemônico, que frequentemente negligenciou as especificidades de mulheres marginalizadas, buscando compreender e transformar as realidades sociais das mulheres em contextos urbanos e rurais. Nesse sentido, o feminismo popular se apresenta como uma ferramenta de emancipação coletiva, conectada às práticas e demandas de movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (doravante MST) uma de suas expressões mais vigorosas no Brasil, ao articular modo, a luta de classes com a identidade camponesa.

A origem e o desenvolvimento do feminismo popular estão intrinsecamente ligados às lutas dos movimentos sociais das décadas de 1960 e 1970, marcados pela resistência ao colonialismo, ao racismo e às desigualdades estruturais. Com base em práticas críticas e transformadoras, essa perspectiva feminista busca romper com as dicotomias tradicionais entre público e privado, desafiando a separação que historicamente relegou as experiências das mulheres ao espaço doméstico, e incorporando-as como sujeitos políticos fundamentais. Movimentos como o MST desempenharam um papel central ao incorporar pautas feministas às suas agendas, fortalecendo a autonomia e o protagonismo feminino nas lutas por justiça social e igualdade de gênero.

A estrutura do feminismo popular reflete seus princípios, com práticas coletivas, horizontais e de autogestão. Ele valoriza o protagonismo compartilhado e fomenta espaços de formação política e de solidariedade. A interseccionalidade, defendida por Kimberlé Crenshaw (1989), também influencia profundamente o feminismo popular. Deste afirmo que esta abordagem reconhece que a opressão deve ser entendida como a interligação entre raça, classe, gênero e território, estabelecendo a interseccionalidade como princípio essencial do feminismo popular. As opressões vivenciadas pelas mulheres se entrelaçam de forma complexa, exigindo respostas políticas igualmente integradas. A autonomia, tanto política

quanto econômica, é promovida por meio de iniciativas como a economia solidária, que não somente reforça a autossuficiência das mulheres, mas também desafia as bases do patriarcado e do capitalismo.

Dessa forma, esta vertente do feminismo destaca-se como uma abordagem antissistêmica que integra questões feministas às lutas mais amplas por transformação estrutural. Ela vai além das demandas femininas individuais, promovendo uma visão de emancipação coletiva que conecta a luta feminista às pautas de justiça social, igualdade e democratização das relações de poder. Ao considerar a realidade brasileira, especialmente no Rio Grande do Sul, o feminismo popular se torna uma referência fundamental para compreender como mulheres organizadas desafiam as estruturas de opressão e promovem mudanças significativas na sociedade. No contexto específico do estado, a trajetória do MST torna visível como essas ideias se materializam em processos concretos de organização popular, de formação política e de transformação social.

O feminismo é um movimento que visa não apenas promover a igualdade de gênero, mas também dismantelar as estruturas sociais que naturalizam a dominação e a opressão com base no sexo. Como define bell hooks, “feminismo é um movimento para acabar com o sexismo, a exploração sexista e a opressão” (hooks, 2018, p. 17). Esta definição afasta o feminismo de concepções que o reduzem a uma luta exclusiva das mulheres ou contra os homens, e o posiciona como um projeto político comprometido com a transformação das relações sociais em seu conjunto. Combater o sexismo para hooks é fundamental para criar uma sociedade mais justa e igualitária para todas as pessoas — mulheres, homens e crianças —, uma vez que o sexismo se entrelaça com outras formas de exploração e dominação, como o racismo e o classismo.

Compreender o feminismo exige reconhecer que as opressões não se sustentam somente por mecanismos externos de dominação, mas também pela internalização e naturalização de normas que legitimam a desigualdade. Como afirma Simone de Beauvoir, em *O Segundo Sexo*, “o opressor não seria tão forte se não tivesse cúmplices entre os próprios oprimidos” (Beauvoir, 2009, p. 21). Essa observação evidencia que a aceitação passiva — ou mesmo inconsciente — de valores patriarcais pelas mulheres contribui para a reprodução do sexismo. Ao

chamar a atenção para essa dimensão subjetiva da opressão, Beauvoir destaca a importância da consciência crítica e da ação coletiva no projeto feminista.

O feminismo negro, por sua vez, amplia o debate ao incorporar, de forma indissociável, as questões de raça e classe às discussões de gênero. Angela Davis afirma que “não podemos falar da liberdade das mulheres sem falar da liberdade de todos os povos oprimidos” (Davis, 2018, p. 57), evidenciando a necessidade de um feminismo que reconheça as múltiplas dimensões da opressão. Essa perspectiva interseccional considera que mulheres negras enfrentam múltiplas camadas de exploração — de gênero, raça e classe — que demandam estratégias específicas e solidárias de luta. O feminismo, portanto, não é monolítico; é diverso, situado, e responde às particularidades das experiências vividas por diferentes grupos sociais.

A luta feminista também desafia as normas rígidas e binárias de gênero, que limitam a liberdade de expressão das identidades. Judith Butler argumenta que “o feminismo deve incluir um compromisso com a crítica às normas de gênero como parte fundamental de seu projeto” (Butler, 2015, p. 41), ressaltando a necessidade de abrir espaço para múltiplos modos de vida. Essa perspectiva amplia o escopo do movimento feminista, ao incluir a luta pelo reconhecimento e pelos direitos de pessoas trans e não-binárias, bem como de outras identidades dissidentes. O feminismo, assim compreendido, torna-se uma luta não somente contra o sexismo, mas também por condições que permitam a dignidade e a liberdade de todas as existências de gênero.

No contexto brasileiro, Heleieth Saffioti enfatiza que “a luta de libertação das mulheres deve estar integrada à luta contra a opressão de classe, de raça e de etnia, se quiser ser uma luta verdadeiramente emancipatória” (Saffioti, 2004, p. 14). Sua perspectiva sublinha a importância de alinhar a luta feminista às demandas mais amplas por justiça social, especialmente em um país marcado por profundas desigualdades estruturais. Dessa forma, o feminismo é um movimento complexo e transformador, que dialoga com diversas formas de opressão e se adapta às realidades locais, mantendo como essência a busca por uma sociedade mais justa, igualitária e democrática.

Assim, o feminismo popular articula uma perspectiva crítica e situada, que reconhece as múltiplas dimensões da opressão e aposta na construção de um projeto emancipatório enraizado nas práticas dos movimentos sociais. Ao integrar as contribuições de pensadoras como bell hooks, Simone de Beauvoir, Angela Davis, Judith Butler e Heleieth Saffioti, o feminismo popular brasileiro atualiza e fortalece seu compromisso com uma luta plural, interseccional e antissistêmica.

No contexto específico do Rio Grande do Sul, movimentos como o MST e o Levante Popular da Juventude tornam visível como essas ideias se materializam em processos concretos de organização popular, formação política e transformação social. O feminismo popular, portanto, não apenas amplia o alcance da luta feminista, mas também a conecta profundamente às lutas por justiça social e por uma sociedade mais democrática e igualitária.

2.1 O Popular: Definições e Perspectivas

O conceito de “popular” tem sido amplamente discutido em diversas áreas, como a sociologia, os estudos culturais e os estudos de movimentos sociais. Tradicionalmente, o “popular” é entendido como aquilo que provém das classes subalternas, das camadas mais baixas da sociedade, frequentemente situado em oposição ou resistência às estruturas culturais dominantes. Canclini (2005) aponta que o popular é a expressão cultural que emerge das práticas e manifestações dessas classes, funcionando como forma de resistência ao elitismo cultural. Nesse sentido, o “popular” torna-se uma marca de identidade, que resiste às imposições das elites e se afirma por meio de suas próprias expressões simbólicas.

Contudo, o conceito de “popular” não se limita a uma dicotomia simples entre classes dominantes e subalternas. Coutinho (1995) amplia essa visão ao afirmar que o “popular” não é somente algo que vem “de baixo”, mas um processo de interação entre as demandas das classes populares e as instituições culturais, políticas e sociais que buscam universalizar esses interesses. Para Coutinho (1995), o “popular” é um fenômeno dinâmico e contraditório, que envolve a interação entre diferentes esferas da sociedade e que deve ser compreendido como um campo de disputa e negociação, não como uma expressão isolada das classes populares.

Stuart Hall (1997) também contribui para essa reflexão ao destacar que o “popular” não é um fenômeno exclusivamente originado “de baixo para cima”, mas um espaço de construção mútua. Segundo Hall, o “popular” resulta tanto das resistências e apropriações das classes populares quanto da reinterpretação e apropriação de elementos culturais pelas classes dominantes. Dessa forma, o “popular” é um terreno instável e permanentemente negociado, onde diferentes grupos sociais interagem, disputam significados e redefinem as expressões culturais. É, portanto, uma categoria em constante transformação, que reflete as tensões e conflitos sociais de cada contexto histórico.

Essa concepção do “popular” como campo dinâmico e em disputa é particularmente visível nos movimentos sociais contemporâneos, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Nesses movimentos, o “popular” se traduz em mobilizações por direitos e por justiça social, ancoradas em uma visão que busca universalizar as demandas das classes populares. O “popular”, nesse contexto, envolve não somente a resistência à opressão, mas também a construção de uma identidade coletiva e de um projeto político, articulando os interesses das classes subalternas com uma proposta de transformação social.

Portanto, a ideia de “popular” não é monolítica, mas multifacetada. Ela engloba desde a resistência cultural das classes subalternas, como enfatizado por Canclini (2005), até os processos de negociação cultural entre diferentes grupos sociais, como destacado por Coutinho (1995) e Hall (1997). Em todos os casos, o “popular” é uma expressão de luta, identidade e transformação, que emerge das camadas populares enquanto se entrelaça com as estruturas sociais mais amplas. Mais do que uma categoria cultural, o “popular” é um campo de disputa política e simbólica fundamental para compreender os processos de emancipação social.

2.2 Feminismo e Popular: Conexões e Transformações

O feminismo, em sua busca por igualdade e justiça, não é um movimento isolado, mas está profundamente entrelaçado com outras formas de luta social. Assim como o conceito de “popular” nos movimentos sociais, o feminismo articula-se como uma expressão das classes subalternas e das mulheres em busca de direitos e emancipação. O “popular” no feminismo aparece como uma ferramenta

de resistência às imposições das estruturas dominantes, refletindo as necessidades das mulheres das classes populares.

Esse contexto encontra ressonância no feminismo que surgiu no Brasil durante a ditadura militar, fortemente influenciado pelos grupos de consciência de mulheres das elites intelectuais. Esses grupos eram compostos principalmente por mulheres das classes médias e altas, muitas das quais tinham acesso à educação superior e estavam em vias de profissionalização. Frequentemente brancas e pertencentes à elite intelectual, essas mulheres tinham experiências de vida cosmopolitas e redes de contatos que permitiam a organização de eventos e a criação de instituições voltadas para a questão da mulher. Os grupos se reuniam em espaços privados, como casas, onde discutiam questões relacionadas à condição feminina e à luta por direitos.

A impossibilidade de exercer a política de maneira aberta, devido à repressão do regime militar, levou essas mulheres a se organizarem em grupos de reflexão, que serviam de preparação para futuras ações políticas mais amplas. Muitas delas, ao retornarem de experiências de estudo e exílio no exterior, trouxeram influências feministas internacionais, articulando-as com a luta pela democracia e os direitos sociais. Dessa forma, o feminismo brasileiro buscou articular-se às camadas populares, criando um movimento interclasse que lutava tanto contra a opressão patriarcal quanto contra a opressão capitalista.

A incorporação do conceito de “popular” transformou o feminismo no Brasil, que, embora tenha emergido de grupos de consciência das elites intelectuais, foi impulsionado a ampliar seu escopo e suas pautas. Essa mudança foi impulsionada pela necessidade de dialogar com as realidades de mulheres de diferentes camadas sociais, como trabalhadoras urbanas ou rurais, e as que vivenciavam múltiplos tipos de opressão.

Assim, o feminismo brasileiro expandiu suas discussões para além das questões de profissionalização e de educação superior, que eram as principais preocupações dos grupos iniciais, e passou a incluir temas como condições de trabalho dignas, acesso à saúde, creches, moradia e o combate à violência doméstica, que eram pautas cruciais para as mulheres das classes populares. Essa

articulação com as camadas populares não só diversificou as reivindicações do movimento, mas também o tornou mais representativo da complexidade da experiência feminina no país.

Essa popularização também alterou as estratégias e o modo de atuação do feminismo no Brasil. As discussões, antes restritas a espaços privados, como casas, e a publicações acadêmicas, passaram a se desdobrar em ambientes como sindicatos, associações de bairro e movimentos sociais, refletindo uma adoção de táticas mais alinhadas aos movimentos sociais. A linguagem do movimento também se adaptou, buscando formas mais acessíveis de comunicação, complementando o debate com a oralidade das lideranças comunitárias.

Além disso, a aliança com outros movimentos sociais—como sindicatos, movimentos por terra, por moradia, por direitos humanos—consolidou a percepção de que as opressões de gênero estavam intrinsecamente ligadas às opressões de classe e raça. Essa abordagem interseccional, que reconhece as múltiplas camadas de subalternidade, foi, na maioria, uma construção prática, impulsionada pelas vivências das mulheres das classes populares, que enfrentavam muitas vezes discriminações simultâneas.

Esse conceito conecta-se com a perspectiva de Angela Davis, que afirma que “não podemos falar da liberdade das mulheres sem falar da liberdade de todos os povos oprimidos” (2018, p.57). Indica, assim, que a luta feminista é, em última instância, uma luta pela universalização das demandas das classes subalternas. Como observa Coutinho (1995), o “popular” não é somente uma expressão de resistência, mas um campo dinâmico de negociação e integração de suas demandas com estruturas políticas e culturais.

No feminismo, essa negociação ocorre por meio da constante reinterpretação de normas sociais e culturais, transformando o conceito e ampliando sua luta para incluir questões de classe, raça e identidade. Assim, feminismo e “popular” compartilham uma visão de transformação social, buscando reconfigurar relações de poder e afirmar uma ordem mais inclusiva e justa.

2.3 Feminismo popular: uma abordagem interseccional e camponesa

O feminismo popular surge como uma resposta às limitações do feminismo hegemônico, que historicamente priorizou as demandas de mulheres brancas e de classe média, negligenciando as experiências de mulheres negras, indígenas e das classes populares. Essa vertente feminista se enraíza em uma crítica ao colonialismo, às estruturas de exploração econômica e ao racismo, oferecendo uma abordagem que articula gênero, classe, raça e território.

Tal perspectiva pode ser entendida pela lente da interseccionalidade, uma vez que, para Kimberlé Crenshaw, “a interseccionalidade surge como uma ferramenta analítica para entender como diferentes sistemas de poder — como o patriarcado, o capitalismo e o racismo — se cruzam e criam formas específicas de opressão” (CRENSHAW, 1989, p. 139). Essa abordagem é fundamental para compreender as opressões específicas vividas por mulheres marginalizadas, o que a torna um ponto central para o feminismo camponês e popular.

Silva (2016, p.26) aponta que “o feminismo é, por sua vez, mais amplo que o movimento feminista, enquanto movimento social. É um pensamento crítico e também um movimento social”. Essa distinção é importante para compreender que o feminismo ultrapassa as fronteiras organizativas e institucionais, pois constitui uma lente analítica para o entendimento das desigualdades de gênero. Nesse sentido, Ávila (2005) discute que o feminismo pode ser compreendido como um pensamento crítico porque analisa e desconstrói as estruturas de poder e desigualdades que sustentam as relações de gênero. O autor também problematiza o universalismo presente em modelos tradicionais, os quais, historicamente, privilegiaram o ponto de vista masculino, branco e ocidental. Essa visão hegemônica é reforçada na própria narrativa histórica do feminismo, pois, como aponta Calaça (2021, p. 31), “a história do feminismo tem sido contada, majoritariamente, a partir da Europa, expressando de forma mais evidente um feminismo urbano, branco e de mulheres com certos privilégios de classe”.

O feminismo, enquanto movimento social, visa transformar as relações de gênero, buscando liberdade e igualdade para as mulheres ao contestar não apenas o patriarcado, mas também as estruturas sociais que hierarquizam as diferenças e

as transformam em desigualdades. Ele rompe com as naturalizações das desigualdades de sexo, promovendo mudanças no significado de cidadania e na democratização das relações sociais. Ao instituir as mulheres como sujeitos políticos, o feminismo desafia as normas patriarcais e a divisão sexual do trabalho, transformando a esfera privada de privação em um espaço de liberdade e autonomia.

Apesar das conquistas formais, a história oficial negligencia as lutas de mulheres não-brancas, pois, como aponta Calaça (2021),

“as camponesas, as indígenas e as mulheres negras escravizadas estavam lutando para manter seu modo de vida, para não serem estupradas, para não verem seus filhos e filhas e elas mesmas apanharem até quase a morte, por desobediência ou por qualquer motivo que o senhor (homem branco) achasse necessário, contudo, mesmo organizadas enquanto mulheres para essa luta de resistência, isso não aparece como história do feminismo” (Calaça, 2021, p. 35).

Essa transformação representa um marco na luta feminista por justiça social, pois ao menos formalmente, no Brasil as mulheres conquistaram autonomia e direitos. Como movimento social, o feminismo adota práticas horizontais e valoriza a autonomia, conectando a vida cotidiana à luta democrática e desafiando as dicotomias entre público e privado, além de produção e reprodução — aspectos fundamentais para a reprodução do capital. Assim, ele evidencia-se como uma força crítica e propositiva para a transformação estrutural da sociedade. Nesse processo, as conquistas práticas foram significativas, pois, como relata a pesquisa sobre o feminismo camponês, “mesmo que as mulheres não se afirmassem feministas, estavam a construir concretamente espaços de maior liberdade, autonomia e reconhecimento político, comunitário e familiar” (Calaça, 2021, p. 52).

A origem do feminismo popular, no Brasil, está ligada aos movimentos sociais das décadas de 1960 e 1970, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que passou a incorporar tais demandas em suas agendas. Essas iniciativas desafiaram o patriarcado nos próprios movimentos e também o modelo agrário concentrador de terras. O movimento passou a discutir não somente a luta por terra, mas também a de igualdade de gênero, entendendo que as mulheres são a base da revolução social almejada.

Na década de 1980, com o avanço do neoliberalismo, o feminismo popular consolidou-se como resistência às desigualdades sociais e à precarização das condições de vida. Silva (2016) argumenta que as relações sociais de classe, baseadas na exploração do trabalho, estruturam a vida social e, portanto, a situação social das mulheres. Essa perspectiva ressalta que não é possível dissociar as lutas de gênero da transformação econômica e política. Ao compreender que a divisão sexual do trabalho é uma forma de opressão articulada por um sistema que atribui às mulheres responsabilidades domésticas e reprodutivas, limitando sua participação ativa na produção social e econômica (Saffioti, 1978), os movimentos passaram a discutir o papel da mulher com vistas ao fim dessa divisão sexual do trabalho.

É nesse sentido que vejo o feminismo na realidade camponesa, se expressar de diversas formas. Segundo Michela Calaça A. dos Santos (2012), “essas formas aparecem quando as camponesas se organizaram a partir de coletivos de produção para fabricar doces, queijos, biscoitos e outros produtos com o objetivo de comercialização” (Calaça, 2021, p. 52). Essa perspectiva é aprofundada por Silvia Federici, que demonstra como “a caça às bruxas na Europa e a colonização das Américas foram dois processos centrais para a acumulação primitiva e para a consolidação de uma nova divisão sexual do trabalho, que subordinou o trabalho reprodutivo das mulheres ao capital” (Federici, 2017, p. 321).

A integração das pautas feministas aos movimentos sociais marcou um momento importante para o feminismo popular. O MST, por exemplo, criou núcleos de mulheres, como a Marcha das Margaridas¹, que abordam questões como violência no campo, acesso à terra e saúde. Essas iniciativas buscam a autonomia feminina e a transformação estrutural das relações de poder. Silva (2016) destaca que o feminismo busca redefinir o campo da política e transformar a sociedade ao alterar as relações de poder entre homens e mulheres.

¹ A Marcha das Margaridas é a maior mobilização de mulheres trabalhadoras rurais da América Latina, coordenada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG) em parceria com movimentos feministas e sindicais. Realizada em Brasília a cada quatro anos desde 2000, o evento homenageia a líder sindical Margarida Maria Alves, assassinada em 1983 na Paraíba, e articula uma pauta política centrada no combate à violência, na defesa da agroecologia, na reforma agrária e na autonomia econômica das mulheres do campo, da floresta e das águas.

O feminismo popular valoriza práticas organizativas de mulheres afrodescendentes, indígenas, camponesas e operárias, reconhecendo como gênero, raça e classe se entrelaçam para criar opressões específicas. Essas práticas se contrapõem ao feminismo hegemônico, promovendo uma visão crítica das relações sociais. Segundo Silva (2016, p.26), “as histórias de vida e as práticas políticas dos movimentos de mulheres também são tomadas como objeto de análise e podem alimentar respostas para explicar a situação das mulheres”.

Nesse processo de organização, o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) “surgiu pontuando as questões das mulheres da roça, que não se viam incluídas nas outras organizações das quais faziam parte, pois suas demandas estavam sempre em último plano, ou até mesmo eram desconsideradas” (Calaça, 2021, p. 47).

Outro destaque é o Levante Popular da Juventude, um movimento social que surge em 2006 no Rio Grande do Sul para organizar jovens das periferias das cidades, cuja a base é na construção política do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra que incorpora demandas feministas às lutas urbanas e rurais. Por meio de campanhas contra machismo, racismo e LGBTfobia, o movimento promove uma visão interseccional. Para Silva (2016, p.16), uma luta se torna feminista “quando contribui para a desnaturalização do lugar instituído socialmente para as mulheres, desconstrói os ideais de feminilidade hegemônicos e amplia os espaços de poder para as mulheres”.

Além disso, o feminismo popular questiona a concepção eurocêntrica do feminismo, ressaltando a importância de contextualizar as lutas no cenário latino-americano. Lelia Gonzales afirma que “a consequência é a compreensão de que raça, classe e sexo estão entrelaçados de tal maneira que é impossível separá-los sem cair em distorções teóricas e políticas” (2020, p. 144). Essa crítica é central, pois, como afirma Sonia Álvarez, “nós, mulheres do Sul, somos herdeiras de um pensamento crítico que se forjou nas lutas contra a colonização e a opressão. Nosso feminismo não pode ser uma cópia do feminismo europeu ou norte-americano” (Álvarez, 2019, p. 45).

O feminismo popular também critica o pensamento hegemônico do Norte Global. Nesse sentido, Sandoval não propõe apenas a recusa da teoria vinda do Norte, mas a validação das 'tecnologias de resistência' desenvolvidas por mulheres que vivem nas margens. É o que a autora denomina 'consciência diferencial', uma ferramenta tática para navegar e dismantelar as estruturas de poder. Contudo, a relação com o termo “feminismo” foi um desafio inicial, pois, no meio rural, “existiam inúmeros tabus com relação ao feminismo”. Além disso, “também existiu uma negação, de parte do movimento feminista, da luta dessas mulheres populares como luta feminista” (Calaça, 2021, p. 51).

As lideranças femininas no MST, no Levante e em outros movimentos sociais desempenham um papel fundamental no fortalecimento do feminismo popular, promovendo a formação política das mulheres e criando redes de solidariedade. Segundo Federici (2019), a luta das mulheres deve ser compreendida como um movimento por autonomia e reconhecimento, visando a transformação da sociedade em todas as suas dimensões, especialmente no que tange à reprodução social. Por fim, o feminismo popular é uma construção coletiva, baseada na articulação de múltiplas identidades e na resistência cotidiana. Ele propõe alternativas ao capitalismo e ao patriarcado, resgatando histórias de mulheres populares e ampliando as noções de luta feminista. Essa abordagem continua a inspirar movimentos feministas em todo o mundo, inclusive no Brasil e no Rio Grande do Sul.

2.4 Estrutura e Princípios do Feminismo Popular

O feminismo popular estrutura-se a partir de práticas coletivas e horizontais, priorizando o protagonismo das mulheres das classes populares e integrando suas demandas à luta por transformações sociais amplas. Essa organização busca evitar hierarquias rígidas, promovendo processos de decisão democráticos e a participação ativa de todas as integrantes. Como apontam Costa e Sarti (2020), a horizontalidade é um dos elementos mais marcantes, permitindo que a voz das mulheres em situação de vulnerabilidade seja amplificada e colocada no centro das lutas coletivas.

A estrutura organizacional do feminismo popular caracteriza-se por elementos essenciais que facilitam a construção de um movimento coletivo e autônomo. Entre esses elementos, destacam-se os espaços de formação e diálogo, como rodas de conversa, grupos de estudo e assembleias. Nesses espaços, as mulheres compartilham experiências e constroem soluções coletivas para os desafios do cotidiano. Tais práticas criam um ambiente propício à reflexão e ação, onde a solidariedade se torna uma ferramenta transformadora na busca por igualdade. Como aponta a pesquisa de Santos e Zimmermann (2019, p. 270), “foi a partir da vivência prática e de suas experiências pessoais, através da auto-organização e do intercâmbio de saberes herdados de geração a geração, que as mulheres forjaram um feminismo camponês popular”.

A autonomia e a autogestão são características centrais do feminismo popular. Grupos e movimentos que adotam essa abordagem organizam suas próprias atividades e projetos, frequentemente criando redes de economia solidária e estratégias de autossustentabilidade. Essa autonomia permite que as mulheres se empoderem não somente nas esferas políticas, mas também nas econômicas e sociais, garantindo que as decisões e ações sejam tomadas a partir das bases comunitárias.

Outro aspecto crucial é o protagonismo compartilhado. As lideranças femininas emergem organicamente nas comunidades, reforçando a ideia de que a liderança deve ser um processo dinâmico e rotativo. Essa prática evita a concentração de poder e promove a igualdade interna, permitindo a participação ativa de diversas mulheres na organização e tomada de decisões. O protagonismo compartilhado fortalece a democracia interna dos movimentos, além de ampliar a visibilidade e representatividade das mulheres nas diferentes esferas de luta.

Os princípios fundamentais do feminismo popular baseiam-se na coletividade, solidariedade, interseccionalidade, autonomia e resistência. A ação coletiva, como princípio central, fomenta redes de apoio mútuo entre as mulheres. bell hooks (2000) destaca que a luta feminista precisa ser coletiva, com a solidariedade como força transformadora. Esse princípio é vital para a construção de uma rede capaz de oferecer suporte emocional, político e social para enfrentar as múltiplas formas de opressão vividas pelas mulheres.

A interseccionalidade, enquanto princípio central, permite que o feminismo popular reconheça e enfrente as múltiplas formas de opressão enfrentadas por mulheres negras, indígenas, camponesas e urbanas. Essa perspectiva amplia o alcance do movimento, conectando demandas locais a uma luta global pela justiça social. Ao resgatar a história e as práticas dessas mulheres, o feminismo popular não apenas denuncia as desigualdades, mas também propõe soluções estruturais para superá-las. Com isso, o feminismo popular desenvolve respostas abrangentes e sensíveis às diversas realidades das mulheres, adaptando práticas e propostas às especificidades de cada contexto. A luta das mulheres é um aspecto da luta de classes. Gaspareto (2017) denuncia que, historicamente, a organização das mulheres em torno de 'sementes crioulas e ervas medicinais' foi tratada nos movimentos mistos como 'lulinhas' ou 'coisa de mulher', em uma tentativa de deslegitimação política. No entanto, é preciso subverter essa lógica: essas práticas possuem uma vinculação direta e estrutural com a luta de classes.

A autonomia reflete a capacidade das mulheres de decidir sobre suas vidas e lutas, rejeitando dependências externas. No caso do MST, isso se traduz na criação de coletivos femininos autônomos voltados à formação política e à luta pela igualdade de gênero. Paralelamente, o feminismo popular se opõe ao patriarcado, ao capitalismo e ao racismo, buscando mudanças estruturais na sociedade. Segato (2016) afirma que o feminismo popular emerge como uma força ética e política que denuncia e resiste às múltiplas formas de dominação, evidenciando seu caráter transformador. A luta central do MMC, por exemplo, é “contra o modelo capitalista e patriarcal e pela construção de uma nova sociedade com igualdade de direitos” (Movimento de Mulheres Camponesas, 2016/2017, apud Santos; Zimmermann, 2019, p. 278).

Na prática, esses princípios se materializam em diversas iniciativas, como a formação política de lideranças femininas em movimentos sociais do campo. Essas lideranças enfrentam os desafios da luta feminista e engajam-se na transformação social. O feminismo popular também promove campanhas de visibilidade sobre questões como a violência de gênero e os direitos reprodutivos e trabalhistas. A economia solidária, por sua vez, é um aspecto central, com grupos de mulheres desenvolvendo formas sustentáveis de produção, promovendo autonomia

econômica e social. Essas ações concretas exemplificam como o feminismo popular se articula no cotidiano para transformar a realidade das mulheres em diferentes contextos.

Conforme Costa e Sarti (2020), essas características fazem do feminismo popular uma abordagem única, que integra as demandas feministas à luta por justiça social e emancipação coletiva, superando os limites de feminismos mais centrados em agendas individualistas ou elitizadas. Assim, constrói-se o tripé organizativo da luta feminista popular nos movimentos sociais.

O feminismo popular emerge como uma resposta necessária às limitações do feminismo hegemônico, construindo-se a partir das vivências e das lutas de mulheres das classes populares. Sua base teórica e prática valoriza a articulação entre gênero, classe, raça e território, promovendo uma visão transformadora das relações sociais. Essa abordagem busca desafiar não somente o patriarcado, mas também as estruturas capitalistas e racistas que sustentam as desigualdades, consolidando-se como uma ferramenta de resistência e emancipação coletiva.

Por meio de uma estrutura horizontal, com práticas de autogestão e de protagonismo compartilhado, o feminismo popular cria espaços de formação política e de solidariedade que fortalecem as mulheres enquanto sujeitos políticos. Essas práticas, implementadas por movimentos sociais como o MST, traduzem-se em iniciativas concretas, como a promoção da autonomia econômica, a agroecologia e a luta contra a violência de gênero. Assim, o feminismo popular não somente redefine os caminhos da luta feminista, mas também ressignifica o papel das mulheres nas transformações sociais. A construção do FCP, por exemplo, “teve início há muitas décadas pela realidade concreta de lutas e organização política das mulheres rurais brasileiras e latino-americanas, sendo construída todo dia, no acúmulo de concepções políticas teóricas organizativas” (Santos; Zimmermann, 2019, p. 289).

Dessa forma, o feminismo popular consolida-se como uma alternativa inclusiva e crítica, capaz de dialogar com as realidades específicas das mulheres e de propor uma transformação estrutural da sociedade. Sua força reside na articulação entre o cotidiano e o coletivo, entre as lutas de mulheres e as demandas

por justiça social. No contexto brasileiro, especialmente no Rio Grande do Sul, ele representa uma ferramenta poderosa para enfrentar os desafios contemporâneos e construir um futuro mais igualitário e democrático. O feminismo camponês e popular, de acordo com Gaspareto (2014, p.268), “é um feminismo de classe, socialista e que tem na luta das mulheres camponesas a sua base material e concreta.”

3 A Voz do Feminismo Popular no Campo e as Novas Configurações da Luta de Classes

Este capítulo dedica-se a explorar a conceituação e a materialização do Feminismo Camponês e Popular (FCP) no contexto dos movimentos sociais rurais. Para compreender essa categoria — que emerge nas falas das entrevistadas não apenas como teoria, mas como uma 'construção permanente' e uma ferramenta transversal de luta —, a análise fundamenta-se na Análise de Conteúdo de Bardin (2011), radicalizada pela perspectiva crítica de Franco (2018) e pelas epistemologias do ponto de vista (*standpoint theory*) de Harding (1995).

Sob esse prisma ético-político, que valida as narrativas das militantes como produção intelectual refinada e forjada na luta pela terra, demonstraremos como o feminismo popular está intrinsecamente ligado à realidade de classe, de território e de raça. A discussão aqui terá como foco a definição do feminismo em oposição ao agronegócio, o impacto estratégico nas lutas maiores, a relevância dos espaços de formação e os desafios impostos pelo machismo estrutural, pontos estes que são de extrema relevância na construção do conhecimento e no desenvolvimento do feminismo popular para o MST.

As categorias que emergiram deste processo dialético entre campo e teoria não foram impostas *a priori*, mas nasceram da recorrência de temas, das tensões discursivas, dos silêncios significativos e das contradições produtivas presentes nas falas das entrevistadas. A análise estrutura-se, portanto, em cinco eixos categóricos fundamentais que desenham a arquitetura do feminismo popular contemporâneo: (I) a conceituação do feminismo popular: identidade de classe, raízes territoriais e a crítica ao liberalismo; (II) os desafios internos, as disputas de poder e a denúncia do “polismo”; (III) para além do gênero: a contribuição estratégica das mulheres às lutas amplas; (IV) a pedagogia da auto-organização: O papel dos espaços específicos e da mística; e (V) a transversalidade da pauta: do gênero à estrutura e as novas fronteiras.

Tabela 1: Síntese das Categorias Analíticas e Principais Achados da Pesquisa

Categoria Analítica	Conceitos Teóricos Chave	Principais Achados Empíricos (Entrevistas)	Implicações Políticas
I. Conceituação	Feminismo de Classe, FCP, Interseccionalidade, Consustancialidade.	O feminismo é indissociável da luta de classes e da terra; rejeição ao feminismo liberal; identidade “camponesa e popular”.	Construção de uma teoria feminista própria do Sul Global e do campo.
II. Desafios Internos	Patriarcado, “Polismo”, Violência de Gênero, Silenciamento.	Denúncia do uso oportunista da pauta (polismo); persistência do machismo estrutural; politização da violência doméstica.	Necessidade de vigilância constante e políticas internas de combate ao machismo.
III. Contribuição	Divisão Sexual do Trabalho, Agroecologia, Ética do Cuidado, Resiliência.	Mulheres como pilares da resistência nos acampamentos; protagonistas da transição agroecológica; liderança ética vs. exclusão financeira.	A agroecologia como território de empoderamento feminino e revalorização do trabalho.
IV. Espaços Específicos	Auto-organização, Pedagogia Feminista, Mística, Contra públicos.	Coletivos de mulheres como espaços seguros e “divisores de águas”; formação da consciência política a partir da partilha de dores.	Importância estratégica dos espaços não-mistos para o fortalecimento das mulheres.
V. Transversalidade	Pauta Transversal, Intersecção LGBTQIA+, Autonomia Econômica.	A pauta feminista permeia todas as instâncias (produção, cultura, direção); resistência à tentativa de silenciamento; inclusão da diversidade.	O feminismo não é setorial, é estruturante do projeto político da organização.

(Fonte: Elaboração Própria)

Para compreender a construção do Feminismo Camponês e Popular, é fundamental dar voz às sujeitas que o tecem no cotidiano. As interlocutoras desta pesquisa foram escolhidas por meio de um critério de intencionalidade, pautado na inserção da pesquisadora em espaços de luta, como as jornadas do 8 de março, atos políticos e espaços de formação. Além da proximidade militante, a seleção considerou a trajetória de cada uma em instâncias de coordenação, formação e acompanhamento político-pedagógico.

A fim de preservar a identidade e a segurança das militantes, utilizarei nomes fictícios inspirados na simbologia da luta camponesa. Apresento, a seguir, um breve perfil daquelas que compõem este estudo:

- Margarida (Entrevistada 1): Militante com profunda clareza sobre a estrutura organizacional e a paridade de gênero. Sua fala foca na dimensão de classe e na construção do feminismo como parte indissociável da revolução socialista e da Reforma Agrária Popular, com olhar atento aos espaços de decisão.
- Esperança (Entrevistada 2): Sua trajetória é marcada pela articulação entre a prática militante e o trabalho de base. Enfatiza o enfrentamento ao capital e ao agronegócio, destacando o papel da mística e da auto-organização das mulheres como ferramentas de resistência cotidiana.
- Iara (Entrevistada 3): Mulher negra e camponesa, traz uma perspectiva interseccional. Sua narrativa denuncia as contradições internas (como o "polismo") e defende o corpo como território de luta, ressaltando a importância da autonomia econômica e da graduação acadêmica para mulheres do campo.
- Libertária (Entrevistada 4): Representante da juventude e da produção agroecológica. Conecta o feminismo à prática direta na terra e valoriza os encontros de mulheres como divisores de águas para a tomada de consciência política das novas gerações.
- Cícera (Entrevistada 5): Militante de longa trajetória, cuja experiência sintetiza a memória das ocupações e a sabedoria popular. Atua no acompanhamento político-pedagógico, sendo uma ponte entre as conquistas históricas e os

desafios atuais da participação política.

O perfil das participantes revela uma diversidade geracional e de inserção territorial, abrangendo desde militantes históricas que participaram da gênese dos acampamentos no período de redemocratização até jovens lideranças que renovam o debate a partir de pautas contemporâneas, como a diversidade sexual, a agroecologia e a comunicação digital.

Essa triangulação entre as vozes do campo e o referencial teórico — dialogando com autoras como Heleieth Saffioti, Silvia Federici, Kimberlé Crenshaw, Carmen Silva e Michela Calaça — permite visualizar como o feminismo popular não é um monólito, mas uma construção viva, em constante disputa e reelaboração nos territórios de reforma agrária.

3.1 Categoria I: A Conceituação do Feminismo Popular: Identidade de Classe, Raízes Territoriais e a Crítica ao Liberalismo

A primeira categoria de análise tem como principal questão a ontologia do movimento: *Como você compreende o feminismo popular dentro do contexto do seu movimento e da sua militância?* Diferentemente das definições acadêmicas que operam muitas vezes por abstração, o conceito de Feminismo Popular — e mais especificamente, do Feminismo Camponês e Popular (FCP) — surge nas falas das entrevistadas amalgamado à experiência concreta da luta pela terra, à produção de alimentos e à identidade de classe trabalhadora (Calçada, 2021; Santos; Zimmermann, 2019).

A análise das entrevistas em relação à primeira pergunta revela um consenso teoricamente denso: para estas mulheres, não existe feminismo possível se desvinculado da luta de classes. As falas corroboram a perspectiva de Carmen Silva, ao demonstrar como o feminismo popular se define politicamente como 'antissistêmico', assumindo um caráter antipatriarcal, anticapitalista e antirracista como base de sua identidade coletiva.

Margarida e Esperança enfatizaram que sua luta não é somente pela igualdade de gênero nos moldes liberais — como o direito de ascender a cargos de

chefia em corporações ou a representatividade numérica desprovida de conteúdo programático — mas sim pela transformação radical das estruturas que sustentam a exploração econômica e a expropriação territorial (Davis, 2018; Saffioti, 2004). O feminismo popular é descrito pelas militantes como uma “ferramenta de emancipação coletiva”.

Ele se distingue visceralmente do que elas percebem como um “feminismo hegemônico”, “liberal” ou “de gabinete”, muitas vezes associado a pautas individualistas ou desconectadas da realidade material das mulheres pobres e rurais (hooks, 2018). A identidade de “mulher trabalhadora” e “camponesa” é seu ponto de partida epistemológico.

Como aponta a literatura sobre o tema, essa vertente articula as lutas contra a desigualdade de gênero com outras opressões estruturais, como o racismo, o colonialismo e o capitalismo (Crenshaw, 2020; Lugones, 2007). Nas entrevistas, isso se traduz na compreensão de que a libertação das mulheres do campo é estruturalmente impossível sem o fim do latifúndio e do agronegócio. O agronegócio não é visto apenas como um modelo de produção rival, mas como a expressão máxima do patriarcado capitalista no campo, concentrador de terras, envenenador de corpos (via agrotóxicos) e destruidor de laços comunitários.

Essa visão alinha-se perfeitamente com o conceito de “consustancialidade” das relações sociais, em que classe, raça e gênero não são variáveis aditivas ou matemáticas, mas sistemas de dominação que se constroem e se reforçam mutuamente (Akotirene, 2019; Saffioti, 1978). Quando Margarida menciona que o Feminismo Popular é um feminismo de classe, pautado nas mulheres trabalhadoras, ela está, na prática, operando a crítica marxista e materialista que vê a opressão das mulheres — especialmente através da divisão sexual do trabalho e da apropriação do trabalho reprodutivo — como funcional e necessária à acumulação de capital (Ávila, 2005; Federici, 2017). Essa indissociabilidade é verbalizada de forma direta por uma das militantes:

“A gente, acima de tudo, né, somos, não, não há uma divisão disso. É mulheres e trabalhadoras, a questão do feminismo de classe, assim, e, principalmente, o feminismo popular camponês.” (Margarida)

A ruptura com o feminismo liberal não é, portanto, meramente tática, mas estratégica e ideológica: o objetivo não é gerir o capitalismo com rosto feminino, mas superá-lo (Silva, 2016).

Um dado de extrema relevância analítica que emerge da pesquisa é a reivindicação da nomenclatura específica “Feminismo Camponês e Popular”. As militantes do MST e de movimentos da Via Campesina, como o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)², realizam um esforço teórico consciente para demarcar seu território político por meio deste conceito (Cinelli, 2016; MMC, 2017). As falas indicam que o Feminismo Camponês e Popular é um processo “em construção e elaboração recente”, refletindo a própria historicidade dos movimentos rurais no Brasil.

Se nos anos 80 e 90 a luta das mulheres focava no reconhecimento básico dentro das estruturas sindicais e na participação produtiva, muitas vezes sem a nomenclatura “feminista”, nos anos 2000 e 2010, impulsionadas pela articulação internacional da Via Campesina e pela Marcha Mundial das Mulheres³, há um salto qualitativo para a formulação de uma teoria própria (Paulilo, 2022; Santos; Betto, 2020).

Michela Calaça (2021), teórica orgânica e militante fundamental para esta elaboração, argumenta que o FCP nasce da relação profunda e metabólica das camponesas com a terra, a semente e a soberania alimentar. Conforme apontado por ela, a luta feminista no campo é indissociável da defesa do território. Para a autora, é por meio de práticas concretas, como a agroecologia e a garantia da soberania alimentar, que as camponesas enfrentam o agronegócio e asseguram sua emancipação. As entrevistadas confirmam essa tese ao vincularem o feminismo diretamente às “práticas de luta, organização e produção”. Para elas, o feminismo

² O Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) consolidou-se nacionalmente em 2004, resultado da unificação de diversas organizações de trabalhadoras rurais que atuavam no Brasil desde a década de 1980. O movimento define-se como autônomo, popular e feminista, adotando a identidade “camponesa” como uma afirmação política de classe e de resistência ao modelo do agronegócio. Sua luta articula as demandas por direitos sociais e previdenciários à construção de um projeto de agricultura baseado na agroecologia e na soberania alimentar, sob a perspectiva do feminismo camponês e popular (Boni, 2014).

³ A Marcha Mundial das Mulheres (MMM) consolidou-se internacionalmente nos anos 2000 como um movimento feminista em permanente ação contra a pobreza e a violência sexista. Articulando-se com o movimento antiglobalização, a MMM propõe um feminismo que conecta a luta das mulheres à crítica estrutural do modelo neoliberal, buscando alternativas econômicas e sociais baseadas na solidariedade e na igualdade (Nobre; Faria, 2003).

acontece na defesa das sementes crioulas, contra os transgênicos, na resistência contra a mineração predatória e na construção de sistemas agroflorestais (Santos, 2012). A agroecologia aparece não apenas como técnica, mas como condição *sine qua non* para a existência desse feminismo:

“Quando a gente debate a agroecologia, a gente debate também o feminismo camponês e popular. Porque compreender a agroecologia sem compreender as práticas do feminismo, desse feminismo, dificilmente a gentealaria de uma agroecologia completa, né, por exemplo.” (Libertária)

Dentro desta afirmação da fala da Libertária, junto da fala da Iara e Cícera deixa claro que o FCP não é apenas uma aplicação do feminismo urbano em contextos rurais. Ele traz contribuições originais, especialmente no que tange à ecologia política (Lazzaretti, 2020). Ao afirmarem que seu feminismo é “transversal a todos os debates do movimento”, elas indicam que discutir o modelo agrícola é, por definição, uma discussão de gênero, pois o modelo do agronegócio é baseado na violência patriarcal de conquista e exploração da natureza, uma lógica homóloga à exploração dos corpos das mulheres (Segato, 2020; Federici, 2017).

Uma crítica recorrente e ácida presente nas entrevistas, que serve como ponto de distinção identitária, é o combate ao “distanciamento entre teoria e prática”. Iara e Libertária, expressam desconforto com feminismos que percebem como excessivamente acadêmicos, elitizados ou eurocêtricos (Alvarez, 2019), que produzem teorias sofisticadas, mas não dialogam com a “realidade concreta das camponesas”.

“Porque existe um distanciamento entre a teoria e a prática do feminismo, nas suas diferentes esferas. No que compreende o feminismo camponês e popular, a questão de entender que as mulheres camponesas são produtoras do espaço da agricultura na sua volta.” (Iara)

O feminismo popular, na voz dessas mulheres, é uma práxis no sentido marxista e freiriano do termo (Freire, 2021). Ele envolve a participação concreta na “produção e divisão da renda”, além do poder sobre o corpo e sobre as decisões nos espaços de poder. A teoria, aqui, não é rejeitada, mas subordinada à necessidade de transformar a realidade. Ela serve para iluminar a prática, não para discipliná-la (Costa; Sarti, 2020). Isso ressoa com a pedagogia do MST, onde a

reflexão parte da realidade concreta (o chão de barro, a lona preta, a falta de escola) para transformá-la. Ao afirmarem que seu feminismo não é “meramente teórico”, elas reivindicam a legitimidade epistêmica de seus saberes construídos na luta — saberes que, muitas vezes, foram marginalizados pela academia tradicional, mas que a epistemologia feminista crítica e decolonial busca valorizar (Harding, 1995; Nunes; Veillette, 2019). O “saber-fazer” da agricultura, o “saber-cuidar” da comunidade e o “saber-lutar” nas ocupações são as bases materiais de sua teoria feminista.

3.2 Categoria II: As Trincheiras Internas: Desafios, Poder e a Denúncia do “Polismo”

Se a primeira categoria estabelece a identidade do movimento “para fora” (contra o capital e o patriarcado sistêmico), a segunda categoria volta-se para as vísceras da organização. A análise das entrevistas revela que o reconhecimento formal do feminismo e da paridade de gênero como linhas políticas do MST não eliminou as contradições do patriarcado no cotidiano da militância (Lazzaretti, 2020). Pelo contrário, tornou o conflito mais visível e, por vezes, mais agudo.

Uma das descobertas mais incisivas e originais desta pesquisa é a emergência da categoriaêmica “polismo”. Este termo, apropriado e ressignificado pelas militantes, refere-se ao uso oportunista, performático e instrumental da pauta das mulheres por lideranças masculinas (e às vezes femininas cooptadas) para promoção individual ou política, sem um compromisso ético real com a transformação das relações de gênero (Santos; Betto, 2020). A definição surge de forma contundente na fala de uma das entrevistadas:

“[São] sujeitos polidos perante a sociedade, mas no básico, no cotidiano, na realidade material, continua alimentando um processo de exclusão das mulheres como protagonista, ou se utilizando desta bandeira de luta para uma promoção individual, ela não é coletiva... a fim de alimentar esse poder masculino.” (Iara)

A Libertária e a Esperança apontam que, embora o discurso da igualdade esteja presente nos documentos oficiais, nos congressos e nos cursos de formação, há uma resistência estrutural, ou um “cômodo dos privilégios”, por parte dos companheiros (Oliveira, 2020). O machismo não desaparece por decreto da direção

nacional. Ele se metamorfoseia e moderniza. Se antes a barreira era a proibição explícita da participação da mulher nas assembleias, hoje o machismo pode aparecer na forma de uma “concessão” de espaço que não altera a divisão real do poder (a mulher fala, mas o homem decide o orçamento), ou na apropriação do discurso feminista para “ficar bem na foto” com as bases ou com financiadores internacionais, enquanto no espaço privado as práticas opressoras e a divisão sexual do trabalho se mantêm intocadas (Federici, 2017; Saffioti, 2004).

Essa crítica ao “polismo” dialoga com as análises sobre as mudanças nos contrapúblicos, sugerindo que, à medida que o feminismo ganha legitimidade pública, ele corre o risco de ser capturado como retórica vazia se não houver vigilância constante das bases (Nunes; Veillette, 2019).

O enfrentamento à violência contra a mulher é um tema central, doloroso e incontornável nas entrevistas. As militantes relatam que as “contradições e mazelas” (opressões, violências físicas e psicológicas) estão presentes na organização dos acampamentos e dos assentamentos (MST, 2016). Isso inclui desde a violência doméstica clássica nos lotes e barracos até o assédio moral e político nas instâncias de direção. A literatura sobre o MST e assentamentos rurais já apontava, desde os anos 2000, a dificuldade histórica de lidar com a violência de gênero em um espaço onde a unidade da classe (a família camponesa) é vista como sagrada e fundamental para a resistência econômica e política (Paulilo, 2022).

No entanto, as falas atuais mostram uma mudança qualitativa de postura: a violência não é mais aceita como um assunto privado a ser resolvido “entre quatro paredes” para não “dividir o movimento” ou “manchar a imagem da organização”. Ela é politizada e trazida à esfera pública (Segato, 2020). As lideranças enfatizam a necessidade imperativa de que o combate à violência “não seja restrito a um calendário” (como as jornadas do 8 de Março⁴ ou o 25 de Novembro⁵). Elas

⁴ O Dia Internacional das Mulheres tem suas raízes no movimento operário e socialista do início do século XX. A data foi proposta por Clara Zetkin durante a II Conferência Internacional das Mulheres Socialistas em 1910, em Copenhague, mas consolidou-se historicamente após a greve das operárias russas de 1917 por 'Pão e Paz', estopim da Revolução Russa. A data foi oficializada pela ONU apenas em 1975, mas para os movimentos populares, ela permanece como um dia de denúncia contra a exploração do trabalho e as desigualdades de gênero, raça e classe.

⁵ O Dia Internacional da Eliminação da Violência contra a Mulher foi proposto durante o I Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, realizado em Bogotá, em 1981. A data homenageia as irmãs Mirabal (Pátria, Minerva e Maria Teresa), conhecidas como 'Las Mariposas', que foram brutalmente assassinadas em 1960 pela ditadura de Rafael Trujillo, na República Dominicana. A data

demandam uma política permanente e estrutural de enfrentamento (Witcel, 2021). A criação da campanha “Basta de Violência contra as Mulheres”, no âmbito da Via Campesina⁶ e do MST, é um reflexo institucional dessa pressão que vem das bases. O feminismo popular, aqui, cumpre seu papel de “contrapúblico subalterno”, inventando termos, protocolos e práticas de justiça comunitária para politizar questões que o discurso hegemônico (mesmo o de esquerda) historicamente negligenciou (Fraser, apud Nunes; Veillette, 2019).

Outro desafio apontado pela Libertária é a dificuldade de “o debate com as próprias companheiras”. As lideranças reconhecem, que a ideologia patriarcal também é introjetada e reproduzida pelas mulheres. Há relatos de companheiras que reproduzem o machismo, que hostilizam as feministas ou que têm dificuldade de ler a própria realidade de opressão, naturalizando a submissão (Beauvoir, 2009; Saffioti, 1978). Esse fenômeno é descrito com sensibilidade por uma entrevistada, que aponta a falta de “leitura da própria realidade” como barreira:

“Às vezes, as companheiras mesmo não se dão conta que, eh sem querer, às vezes, eh acabam reproduzindo coisas, né? [...] acabam de certa forma aceitando as coisas como ela vem, ou como acreditam que sempre foram, e reproduzindo.” (Libertária)

Isso remete à complexidade da formação da consciência crítica, conforme discutido por Paulo Freire e bell hooks. A mulher assentada, muitas vezes vinda de um contexto de extrema exclusão, violência e fundamentalismo religioso, pode ver na estrutura familiar tradicional (ainda que patriarcal) sua única fonte de segurança e status social. O feminismo popular, portanto, enfrenta o desafio pedagógico de desconstruir essas naturalizações sem culpabilizar as vítimas, promovendo o que as entrevistadas chamam de “leitura da própria realidade” como passo prévio e necessário para a libertação (Freire, 2021; hooks, 2018).

3.3 Categoria III: Para Além do Gênero: A Contribuição Estratégica das Mulheres às Lutas Amplas

marca a resistência das mulheres contra a violência de Estado e a violência doméstica.

⁶ A Via Campesina é um movimento internacional fundado em 1993 que articula camponeses e trabalhadores rurais na luta contra a lógica do agronegócio globalizado. A organização é responsável pela formulação do conceito de “soberania alimentar”, defendendo o direito dos povos à produção autônoma de alimentos saudáveis e à preservação da biodiversidade (Vieira, 2012).

Uma das características distintivas do feminismo popular no MST é que ele não se isola em “pautas de mulheres” ou em “departamentos femininos”. Pelo contrário, as entrevistas e a literatura demonstram que as mulheres são a espinha dorsal da organização como um todo, sustentando a luta em suas dimensões materiais, simbólicas e estratégicas (Lazzaretti, 2020; Santos; Picolotto, 2019).

As falas são eloquentes e emocionadas ao descrever as mulheres como “pilares mais seguros” que garantem a permanência das famílias nos acampamentos e assentamentos. A resistência na terra, o ato físico e cotidiano de não desistir diante do despejo, da fome, do frio ou da lona preta rasgada, é narrada como um atributo forjado na experiência feminina (Witcel, 2021). “Elas não desistem”, sintetiza uma das entrevistadas. O relato de campo confirma essa resiliência feminina frente à desistência masculina diante das dificuldades do acampamento:

“ geral os homens quando, quando aparecem desafios no acampamento, eles desistem, não, não, vamos, vamos achar outra coisa... Mas as mulheres não, elas, elas, em geral, elas, eh, seguram as famílias ali e dizem, não, aqui é a nossa melhor opção, eh, conseguem ter esse, esse olhar a longo prazo.”
(Libertária)

Essa resiliência não é metafísica ou “natural”, mas material. São as mulheres que, através das estratégias de sobrevivência — hortas medicinais, criação de pequenos animais, redes de troca, cozinhas coletivas, cuidados com a saúde comunitária — garantem a reprodução da vida enquanto os “grandes projetos” produtivos (monoculturas, cooperativas de leite) ou as negociações políticas ainda não frutificaram, ou falharam (Federici, 2017; Oliveira, 2024). Heleieth Saffioti nos ajuda a ler isso não como uma essência feminina, mas como o resultado dialético de uma divisão sexual do trabalho onde a responsabilidade pela manutenção da vida recai sobre as mulheres (Saffioti, 2004).

No entanto, no contexto da luta, essa responsabilidade é ressignificada: o cuidado deixa de ser apenas um fardo doméstico e torna-se uma tecnologia de resistência política. As mulheres desenvolvem, assim, uma “visão de um sujeito que vive” e um “olhar mais coletivo”, fundamental para a coesão do movimento (Oliveira, 2019).

A análise revela uma dicotomia interessante e problemática na percepção dos papéis de liderança. As entrevistadas apontam que as mulheres se destacam e são reconhecidas na “liderança política e ética”, enquanto os homens tendem a manter a hegemonia nos “cargos financeiros” e de estrutura logística (Paulilo, 2022). Isso sugere uma divisão sexual do poder político que espelha a divisão sexual do trabalho. Uma entrevistada sintetiza essa tensão ao descrever o desafio de evitar o deslocamento de poder:

“O que a gente tem um pouco de desafio é tentar também, ah, continuar, nessa disputa [...] de não haver o deslocamento de poder quando as mulheres, estão em determinados espaços, principalmente na parte econômica.” (Margarida)

E complementa outra militante sobre a tipificação dos cargos:

“Há uma, uma tendência dos homens ocupar mais os cargos de que estão mais relacionadas a questões financeiras, e as companheiras, eh, a ocupar os cargos mais de debates [...] Político e, e ético.” (Libertária)

As mulheres são vistas como as guardiãs dos valores morais do movimento, da mística⁷, da fidelidade aos princípios — uma espécie de “ética do cuidado” aplicada à política — o que lhes confere grande autoridade moral. No entanto, o controle dos recursos materiais estratégicos (a tesouraria, a gestão das cooperativas de grande porte, a comercialização de commodities) ainda permanece um reduto predominantemente masculino (Santos; Zimmermann, 2019).

Essa constatação das entrevistas dialoga com estudos sobre cooperativismo e gênero no Brasil, que mostram consistentemente como as mulheres muitas vezes ficam restritas à produção para autoconsumo, venda local ou processamento artesanal, enquanto os homens gerenciam os contratos maiores e as relações externas com o mercado. O feminismo popular no MST tem tensionado essa barreira, reivindicando a participação paritária na “divisão da renda” e nas decisões

⁷ No contexto do MST, a mística transcende o sentido puramente religioso ou litúrgico. Segundo Ademar Bogo, um dos principais teóricos do movimento sobre o tema, a mística é compreendida como uma força subjetiva e coletiva que alimenta a militância. Trata-se de um elemento pedagógico e político que, através de símbolos e encenações, une a razão à emoção, tendo como função primordial manter vivo o ânimo da luta e projetar a utopia da reforma agrária no presente. Bogo define-a poeticamente como um sentimento que passeia delicado e lento por dentro de nosso coração e que, ao manifestar-se, fortalece a identidade do grupo e impede o esmorecimento ideológico diante das adversidades.

macroeconômicas como pauta central para a autonomia (Calaça, 2012).

As mulheres não são meramente executoras de tarefas; elas são formuladoras teóricas e vanguardas tecnológicas. As entrevistas destacam a contribuição feminina decisiva na elaboração teórica e prática da “Reforma Agrária Popular” e, fundamentalmente, na transição para a “Agroecologia” (Sagaz, 2019; Santos, 2018). A transição do modelo de “Reforma Agrária Clássica” (focada na distribuição de terra para integração produtiva ao mercado) para a “Reforma Agrária Popular” (focada na produção de alimentos saudáveis, agroecologia e soberania alimentar) teve as mulheres como protagonistas centrais (MST, 2016).

Estudos recentes sobre a divisão sexual do trabalho na agroecologia corroboram essa visão. A agroecologia, ao valorizar os saberes tradicionais, a diversidade de cultivos e a economia de proximidade (os quintais produtivos), revalorizou o trabalho historicamente invisibilizado das camponesas (Calaça, 2021; Santos, 2012). O que antes era visto como “ajuda” ou “quintal da casa” passou a ser o centro do projeto político de soberania alimentar. Nas falas das lideranças, a agroecologia não é apenas uma técnica agrícola agrônômica, mas uma ferramenta política de empoderamento e autonomia. É no quintal agroecológico que a mulher tem controle sobre o processo de trabalho: ela decide o que planta, como planta, como colhe e como vende, rompendo parcialmente com a dependência dos pacotes tecnológicos do agronegócio (sementes transgênicas, agrotóxicos), que são historicamente masculinizados e capital-intensivos (Federici, 2017; Santos, 2012).

3.4 Categoria IV: A Pedagogia da Auto-Organização: O Papel dos Espaços Específicos e da Mística

Como se forma uma feminista popular? A quarta categoria de análise foca nos processos educativos, simbólicos e organizativos que permitem essa tomada de consciência e a construção de novas subjetividades. As entrevistadas descrevem a participação em espaços específicos de mulheres — como o Coletivo de Gênero, os encontros estaduais e nacionais das mulheres Sem Terra, e as jornadas de luta do 8 de Março — como momentos epifânicos, verdadeiros “divisores de águas” em suas

trajetórias de vida (MST, 2014; Witcel, 2021). A metáfora é trazida literalmente por uma das militantes para descrever a transformação de sua consciência:

“Foi é um divisor de águas para mim, né? [...] eu jamais teria me posicionado como uma mulher feminista, se não tivesse tido essas experiências de espaço de formação e organização das mulheres.” (Libertária)

Esses espaços funcionam como “contrapúblicos subalternos” seguros, onde as mulheres podem formular seus discursos, partilhar suas dores e construir identidades longe da supervisão e do julgamento masculino (Nunes; Veillette, 2019). A metodologia desses encontros, baseada na pedagogia da alternância e na troca de saberes (“relatos de dificuldades e superação”), permite que o sofrimento individual (a violência doméstica, a solidão, a sobrecarga de trabalho) seja desprivatizado e ressignificado como uma questão política coletiva (Freire, 2021). É a materialização do clássico slogan feminista “o pessoal é político”, reterritorializado na lona do acampamento (hooks, 2018; Pinto, 2003).

Os relatos indicam que esses espaços são fundamentais para o “autoentendimento como sujeita” histórica. Uma das entrevistadas menciona explicitamente a tomada de consciência de sua identidade como “mulher negra’ e como fruto do”êxodo rural’. O espaço formativo permitiu o autorreconhecimento complexo:

“[A experiência] potencializou a experiência de entender, de entender-se como uma sujeita, é, fruto, é, do êxodo rural, uma sujeita negra, é, oriunda de municípios periféricos [...] e que isso, é, por si, já traz essa dimensão de que ser mulher nessa sociedade requer a vivência em coletiva.” (Iara)

Isso evidencia como a formação no movimento não trata somente de gênero de forma isolada ou abstrata, mas também articula raça, classe e origem territorial na biografia das militantes (Akotirene, 2019; Crenshaw, 2020). A identidade política construída nesses espaços não é essencialista; é relacional, histórica e interseccional (Hall, 1997; Lugones, 2007). Ao se verem no espelho das outras companheiras, elas rompem com o isolamento doméstico e percebem que suas dores são sistêmicas, frutos do capitalismo patriarcal e racista. O feminismo popular opera, assim, uma pedagogia da libertação que é, simultaneamente, terapêutica

(cura coletiva) e preparatória para o combate político (Freire, 2021; Davis, 2018).

Um elemento crucial na formação e na cultura do MST é a “mística” — momentos de celebração, encenação e ritualização da luta, herdeiros da Teologia da Libertação e das culturas camponesas. A análise das entrevistas e dos documentos sugere que a mística tem sido um campo de disputa simbólica (Nunes, 2014; Coutinho, 1995). As mulheres têm utilizado a mística para inserir novos símbolos e narrativas que visibilizam sua luta e seus corpos. Se antes a mística focava quase exclusivamente na figura do herói revolucionário masculino ou no sofrimento do trabalhador, hoje incorpora a celebração das sementes, a denúncia do feminicídio, a estética feminista (o lilás, os lenços) e a valorização do cuidado (MST, 2016; Calaça, 2021). A mística torna-se, assim, um veículo pedagógico potente para disputar o imaginário do movimento, sensibilizando a base e a direção para a pauta de gênero através da emoção e da arte, muitas vezes chegando aonde o discurso racional dos documentos não alcança (Witcel, 2021).

3.5 Categoria V: A Transversalidade da Pauta: Do Gênero à Estrutura e as Novas Fronteiras

Por fim, a análise aborda como o feminismo popular transborda dos espaços específicos e tenta permear capilarmente toda a estrutura da organização, expandindo-se para novas fronteiras de luta. Um dado significativo e revelador é a percepção das entrevistadas de que a pauta de gênero e feminismo “aparece em todas as plenárias, reuniões e debates, mesmo que não sejam o tema principal”.

Isso demonstra a eficácia da estratégia de transversalidade adotada pelo Setor de Gênero não longo das últimas duas décadas (MST, 2016; Silva, 2016). As entrevistadas relatam que, embora existam tentativas constantes de “apagar” a pauta, tratá-la como secundária ou “identitária” (em oposição à “luta de classes pura”), ela “volta” insistentemente. Como relata uma entrevistada, a pauta de gênero teima em emergir em temas aparentemente técnicos:

“Eu acho que ela aparece, por exemplo, nas plenárias sobre cultura... A, o debate, no debate de, de produção não apareceria, mas tem que aparecer...”

Porque muitas vezes são, eh, são lotes só com mulheres e a especificidade dessa, da produção [...] precisa ser falado.” (Libertária)

Ela volta porque a realidade material a impõe: não se pode discutir produção de alimentos sem discutir quem trabalha na horta e quem controla a renda; não se pode discutir educação do campo sem discutir quem cuida das crianças (as Cirandas Infantis) (Paulilo, 2022). A persistência da pauta é, segundo as militantes, prova cabal de que “violência e o machismo não foram extintos”, exigindo uma vigilância militante constante (Witcel, 2021; Segato, 2020).

Uma fronteira importante de renovação do feminismo popular e da própria estrutura do MST, mencionada no contexto da transversalidade e da atualização das lutas, é a incorporação da pauta da diversidade sexual e de gênero. O surgimento do coletivo “LGBT Sem Terra” representa um avanço significativo e uma ruptura com o conservadorismo moral que historicamente permeou partes da esquerda e do campesinato (MST, 2020; Santos, 2018).

A aliança entre o feminismo camponês e a luta LGBT no campo desafia a heteronormatividade compulsória da família camponesa tradicional. As mulheres feministas têm sido aliadas estratégicas nessa abertura, compreendendo que a luta contra o patriarcado envolve necessariamente a libertação de todas as sexualidades e identidades de gênero dissidentes (Butler, 2015; Lugones, 2007). A transversalidade, portanto, não é apenas sobre homens e mulheres cisgênero, mas sobre a democratização radical das relações humanas no território.

Ao analisar a transversalidade e a insistência da luta no MST, é possível e necessário traçar paralelos analíticos e distinções com o que Jonas Medeiros(2019) classifica como “Feminismo Periférico”. Enquanto o feminismo periférico urbano dos anos 2010 é marcado pela horizontalidade, por coletivos autônomos e pela recusa a estruturas partidárias rígidas (Nunes; Veillette, 2019), o feminismo popular do MST mantém características híbridas e singulares. O FCP conserva a estrutura organizacional sólida, hierárquica (no sentido de organização nacional articulada) e a estratégia de “fluxos verticais” (disputa de políticas públicas, reforma agrária, crédito) típicas do feminismo popular “clássico” dos anos 80/90 (Alvarez, 2019).

No entanto, ele incorpora elementos contemporâneos vibrantes: a centralidade absoluta da questão racial, o debate sobre diversidade sexual e a apropriação de novas linguagens culturais e digitais (Akotirene, 2019; Santos; Betto, 2020). As entrevistadas demonstram estar conectadas com as lutas urbanas globais — o enfrentamento ao feminicídio, a luta contra o conservadorismo religioso, as greves feministas — mas traduzem essas pautas para a gramática camponesa. Se no feminismo periférico a matriz discursiva é o sarau e a rede social, no MST a matriz contínua sendo a ocupação de terra e a assembleia de base, mas agora reconfigurados por uma subjetividade feminista que não aceita mais ser coadjuvante da história (Calaça, 2021).

A análise das entrevistas com as lideranças do MST no Rio Grande do Sul confirma a hipótese central de que o Feminismo Popular no campo não é uma simples replicação ou importação de teorias urbanas, mas uma produção intelectual e política original, enraizada na experiência de classe, no território e na luta pela vida (Santos; Zimmermann, 2019). As cinco categorias analisadas revelam um movimento profundamente dialético. Por um lado, há a afirmação de uma identidade forte e orgulhosa (“somos trabalhadoras, camponesas, feministas”), que confere sentido estratégico e renovado à luta pela terra e pela agroecologia. Por outro, há o reconhecimento cru, honesto e corajoso das contradições internas: o machismo persiste, as relações de poder são assimétricas e a violência é uma ameaça constante (Lazzaretti, 2020).

O “Feminismo Camponês e Popular”, na voz e, na prática dessas mulheres, é a síntese operante dessa tensão. Ele é a ferramenta teórica e prática que permite, simultaneamente, lutar contra o capital (o agronegócio e as transnacionais) e contra o patriarcado (dentro de casa e dentro do movimento) (Saffioti, 2004; Silva, 2016). A contribuição dessas mulheres vai muito além da “questão feminina” restrita; elas estão redefinindo o próprio projeto histórico de Reforma Agrária, deslocando-o de uma lógica puramente produtivista para uma lógica de reprodução da vida, de cuidado e de soberania (Federici, 2017; Calaça, 2021).

Ao ocuparem a liderança ética, teórica e política do movimento, mesmo enfrentando barreiras estruturais, essas mulheres demonstram que a “revolução dentro da revolução” já começou. E, como indicam as falas potentes sobre a

insistência e a transversalidade da pauta, este é um processo irreversível: a consciência feminista, uma vez desperta nos espaços de formação e na luta coletiva, não adormece mais (Freire, 2021; hooks, 2018).

4 Conclusão

A presente pesquisa dedicou-se a compreender a construção e a materialização do feminismo popular a partir das vozes e das práticas das mulheres organizadas, com foco especial na realidade do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Rio Grande do Sul. Ao percorrermos o caminho teórico, desde as definições de “popular” como campo de disputa até a análise empírica das narrativas das militantes, tornou-se evidente que não estamos diante de uma mera transposição de teorias acadêmicas para o campo, mas sim da gênese de uma práxis original: o Feminismo Camponês e Popular.

A análise confirmou que, para estas lideranças, o feminismo é indissociável da luta de classes. Corroborando a perspectiva de Heleieth Saffioti (2004), que alerta que a libertação das mulheres é impossível sem o enfrentamento às estruturas econômicas de exploração, as entrevistadas demonstraram que sua identidade de gênero é vivida através da identidade de classe: ser “mulher” é ser “trabalhadora” e “sem terra”. Diferentemente de um feminismo liberal que busca apenas a igualdade formal, a prática dessas mulheres alinha-se à definição de bell hooks (2018), compreendendo o feminismo como um movimento para acabar com a exploração sexista e sistêmica, rejeitando a integração acrítica a um sistema capitalista inerentemente desigual.

Um dos pontos de maior concretude desta pesquisa foi a identificação da relação intrínseca entre o corpo da mulher e o território. Os relatos sobre a defesa das sementes e a resistência aos agrotóxicos validam as formulações de Michela Calaça (2021), para quem a luta feminista no campo acontece na defesa dos bens comuns. Mais do que isso, as práticas agroecológicas observadas atuam como contraponto à lógica de acumulação primitiva descrita por Silvia Federici (2017); ao revalorizarem o trabalho reprodutivo e de cuidado, transformando-o em tecnologia de resistência política, as camponesas desafiam a divisão sexual do trabalho imposta tanto pelo capital quanto pelo patriarcado.

No entanto, a pesquisa não romantizou a realidade interna do movimento. A emergência da categoria êmica “polismo” — denunciando lideranças masculinas que discursam sobre igualdade publicamente, mas mantêm práticas opressoras no

privado — revela que o “nó” do patriarcado, conforme teorizado por Saffioti, persiste mesmo em espaços de esquerda. A superação dessas contradições exige, como apontado pelas entrevistadas, um processo contínuo de formação da consciência crítica. Aqui, a pesquisa reafirma a atualidade de Paulo Freire (2021): a “leitura da própria realidade” promovida nos espaços de auto-organização das mulheres (os “contrapúblicos”) funciona como a pedagogia necessária para que a opressão deixe de ser naturalizada e seja politizada.

Do ponto de vista epistemológico, ao adotarmos a perspectiva do *standpoint theory* (ponto de vista) de Harding (1995), conclui-se que as narrativas dessas mulheres não são apenas relatos de experiência, mas produção intelectual refinada. Elas formulam teoria a partir do “chão de barro”, demonstrando que a agroecologia e a mística são ferramentas tão teóricas quanto práticas.

Referências Bibliográficas

AGÊNCIA BRASIL. **Marcha das Margaridas 2023 pede reconstrução do Brasil e bem viver**. Brasília: EBC, 21 jun. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-06/marcha-das-margaridas-2023-pede-reconstrucao-do-brasil-e-bem-viver>. Acesso em: 25 nov. 2025.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro: Pólen, 2019.

ALVAREZ, Sonia E. **Feminismos e insurgências**: práticas decoloniais. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2019.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

ÁVILA, Maria Betânia. **O feminismo e o marxismo**: uma crítica. 2005. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: fatos e mitos. 2. ed. Tradução: Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 2009.

BUTLER, Judith. **Desfazer o gênero**. Tradução: Fernanda Siqueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CALAÇA, Michela. Feminismo camponês popular: contribuições à história do feminismo. **Ruris**, Campinas, SP, v. 13, n. 1, p. 29–66, mar. 2021. DOI: 10.53000/rr.v13i1.4433.

_____. **O feminismo camponês popular**: resistência e revolução. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Amargosa, 2021.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

CINELLI, Catiane. **A construção do feminismo no Movimento de Mulheres Camponesas**. Chapecó: [s.n.], 2016.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES (CONTAG). **Marcha das Margaridas**. Disponível em: <https://ww2.contag.org.br/tema/marcha-das-margaridas>. Acesso em: 25 nov. 2025.

COSTA, Marisa; SARTI, Cynthia. Feminismo Popular: práticas coletivas e a luta por autonomia. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 2, p. 10–25, 2020.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e sociedade no Brasil**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1995.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **University of Chicago Legal Forum**, v. 1989, n. 1, p. 139–167, 1989.

_____. Documento: cartografia das margens: interseccionalidade, política da identidade e violência contra mulheres não brancas. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 25–42. (Original de 1989).

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2018.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.

FRANCO, Maria Lúcia de A. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Brasília: Liber Livro, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 60. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

FROTA, Mainara Mizzi Rocha. **Para mudar a sociedade do jeito que a gente quer...**: trajetórias de vida de mulheres dirigentes nacionais do MST na Bahia. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

GASPARETO, Sirlei Antônio. **A construção do feminismo camponês e popular**. In: *Identidade e Luta*. (Ou publicação similar em anais de eventos como o Fazendo Gênero ou revistas de Sociologia Rural).

GASPARETO, Sirlei Antônio. **O sujeito político mulheres camponesas**: práticas, experiências e formação política no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC/Brasil). 2014. Tese (Doutorado em Sociologia)—Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: RIOS, F.; LIMA, M. (Org.). **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 139–150.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva & Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

HARDING, Sandra. **O feminismo e a crítica da ciência**. São Paulo: UNESP, 1995.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Tradução: Ana Luiza Libânio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

LAZZARETTI, Vanessa. **Ressignificar para reconhecer: o feminismo camponês e popular no contexto do MST**. 2020. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural)—Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE. **Caráter e organicidade**. 2014. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/245427228/Zine-Grupo-Levante>. Acesso em: 29 jun. 2025.

_____. **Carta compromisso do 3º Acampamento Nacional do Levante Popular da Juventude**. 2016. Disponível em: <https://levante.org.br/blog/?p=1249>. Acesso em: 29 jun. 2025.

_____. **O golpe sobre as mulheres: a face sexista da reforma da previdência**. 2017. Disponível em: O golpe sobre as mulheres: a face sexista da Reforma da Previdência. — Levante Popular da Juventude. Acesso em: 29 jun. 2025.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 939–952, 2007.

MARCHA DAS MARGARIDAS. **O que é?**. Disponível em: <https://www.marchadasmargaridas.org.br/?pagina=oquee>. Acesso em: 25 nov. 2025.

MARTINS, Lidiane. **A divisão sexual do trabalho em unidades de produção familiar de uma cooperativa organizada por mulheres rurais**. 2018. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)—Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO. **Margarida Maria Alves**. Disponível em: <https://memorialdaresistenciasp.org.br/pessoas/margarida-maria-alves/>. Acesso em: 25 nov. 2025.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS (MMC). **Lutas, Missão e Objetivos**. Site oficial, 2016/2017. Disponível em: <http://www.mmcbrazil.com.br/site/>. Acesso em: 09 ago. 2019.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Arquivos LGBT**. [S.d.]. Disponível em: <https://mst.org.br/tag/lgbt/>. Acesso em: 20 nov. 2025.

_____. **Arquivos mulheres-camponesas**. [S.d.]. Disponível em: <https://mst.org.br/tag/mulheres-camponesas/>. Acesso em: 20 nov. 2025.

_____. **Feminismo Camponês Popular e violência doméstica no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. [S.d.]. Disponível em: <https://mst.org.br/download/feminismo-campones-popular-e-violencia-domestica-no-movimento-dos-trabalhadores-rurais-sem-terra/>. Acesso em: 20 nov. 2025.

_____. **Mulheres do MST criam novas relações de gênero dentro e fora do movimento.** 2014. Disponível em: Mulheres do MST criam novas relações de gênero dentro e fora do movimento-MST. Acesso em: 29 jun. 2025.

_____. **Mulheres sem terra debatem a importância da questão de gênero dentro do Movimento.** 2016. Disponível em: Mulheres sem terra debatem a importância da questão de gênero dentro do Movimento - MST. Acesso em: 29 jun. 2025.

_____. **O Feminismo Camponês e Popular, a identidade da mulher rural e mundo operário.** 11 mar. 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/03/11/o-feminismo-campones-e-popular-a-identidade-da-mulher-rural-e-mundo-operario/>. Acesso em: 20 nov. 2025.

NOBRE, Miriam; FARIA, Nalu. Feminismo em movimento: temas e processos organizativos da Marcha Mundial das Mulheres no Fórum Social Mundial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 623-632, jul./dez. 2003.

NUNES, Nilza Rogéria de Andrade; VEILLETTE, Anne-Marie. Mulheres de favelas e o (outro) feminismo popular. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 2, e50732, 2019.

OLIVEIRA, Jaiane Araujo de. **"A cabeça pensa onde os pés pisam": movimentos juvenis e práticas educativas emancipadoras no Levante Popular de Juventude.** 2019. 227 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

_____. **A compreensão de dirigentes do MST-CE em relação à construção do feminismo camponês e popular.** 2020. Dissertação (Mestrado em Educação do Campo) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

OLIVEIRA, Pamela Carolyne. **Reprodução social e práxis feminista: a militância transformadora das mulheres do MTD e do Levante Popular da Juventude (2015-2018).** 2024. 230 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2024.

PALUDO, Conceição; OLIVEIRA, Jaiane; SANTOS, Iolanda. Movimentos sociais e feminismos populares: contribuições do LPJ e do MST. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO CAMPO, 2017. **Anais [...]**. [S.l.: s.n.], 2017.

PALUDO, Conceição; SANTOS, Magda Gisela Cruz dos; TADDEI, Paulo Eduardo Dias. A educação popular no levante popular da juventude do Rio Grande do Sul: renovações e permanências. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 14, n. 02, p. 545-571, abr./jun. 2016.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. O conceito de classe social no feminismo camponês e popular. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 21, n. 37, p. 74-89, jul./dez. 2018.

_____. O conceito de classe social no feminismo camponês e popular. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 30, n. 2, e76934, 2022.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. 2. ed. São Paulo: Vozes, 1978.

_____. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

SAGAZ, Simoni. **A Participação da Mulher Sem Terra na Construção da Reforma Agrária Popular**. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2017.

SANTOS, Débora Fragata dos; ZIMMERMANN, Silvia Aparecida. O movimento de mulheres camponesas na construção do feminismo camponês popular: protagonismo feminino, práticas feministas e história de luta. **Novos Rumos Sociológicos**, v. 7, n. 11, p. 269-299, 2019.

SANTOS, Iolanda Araujo Ferreira dos. **Sem Mulher a Luta Vai Pela Metade**: Mulheres, Feminismo e Política no MST. 2018. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

SANTOS, Iolanda Araujo Ferreira dos; BETTO, Janaina. Movimentos sociais rurais e feminismos: percursos e diálogos na construção do feminismo camponês e popular. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 51, n. 2, p. 5-27, 2020. (Também publicado em: **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 14, n. 34, p. 283–302, 2020).

SANTOS, Iolanda Araujo Ferreira dos; PICOLOTTO, Everton L. As mulheres do MST na luta pela terra e por fazer-se em sujeitos políticos: rastros da experiência organizativa nas páginas do Jornal Sem Terra. **Revista Brasileira de Educação**, v. 24, 2019.

SANTOS, Iolanda Araujo Ferreira dos; ZIMMERMANN, Silvia A. Movimentos sociais rurais e feminismos: percursos e diálogos na construção do feminismo camponês e popular. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 13, n. 34, p. 269–284, 2019.

SANTOS, Michela Calaça A. dos. **Agroecologia, gênero e autonomia das mulheres camponesas**: a experiência do programa P1+2 na Paraíba. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) — Universidade de Brasília, 2012.

SEGATO, Rita Laura. **A guerra contra as mulheres**. Buenos Aires: Tinta Limón, 2020.

SILVA, Carmen. **Feminismo popular e lutas antissistêmicas**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2016.

SILVA, Elinadja Fonsêca. **A ausência de uma definição teórica do feminismo popular na documentação do LPJ**. 2018. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

_____. **Feminismo no Levante Popular da Juventude: Fundamentos e Construção Histórica**. 2020. 111 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2020.

SILVA, J. A. **Feminismo: um pensamento crítico e um movimento social**. 2016. 211 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

SILVA, Nadja Guimarães da. **Gênero e movimentos sociais: práticas feministas e produção de conhecimento**. São Paulo: Cortez, 2016.

SOUTO, Luisa Santiago Vieira. **Feminismo do chão de barro: uma história de solidariedade, coletividade e protagonismo feminino**. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 39., 2015, Caxambu. **Anais [...]**. Caxambu: ANPOCS, 2015.

VIEIRA, Flávia Braga. Lutas camponesas na escala internacional: um estudo sobre a Via Campesina. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 15, n. 20, p. 58-82, jan./jun. 2012.

WITCEL, Rosmeri. **A luta do Oito de Março como espacialização emancipatória do debate feminista no MST**. 2021. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.